



Máscara de Xiuhtecuhtli, mosaico composto de turquesas e outros materiais. Cultura Mixteca-Azteca (entre 1400-1521). Representação de Xiuhtecuhtli (deus do fogo, também chamado senhor Turquesa).

E N T R E V I S T A

Michael Löwy¹

Marxismo e Emancipação na América Latina

Estariam as “veias abertas da América Latina”, como nos ensinou Galeano, com seus dias contados, considerando as movimentações em curso na Venezuela, Equador, Bolívia, Nicarágua e Argentina, com seus matizes particulares? Como o pensamento latino-americano referenciado na tradição marxista pode dar subsídios e suporte aos militantes revolucionários na região, considerando suas particularidades de estrutura produtiva e ídeo-política? Michael Löwy é um intelectual, em cuja obra extensa, criativa e rigorosa, pensamento e ação se retroalimentam. Seu trabalho envolve uma sociologia crítica da religião, o aprofundamento das discussões metodológicas, do ponto de vista crítico, análises sobre a teoria política na tradição marxista e um profundo conhecimento dos processos sociais e do pensamento socialista na América Latina. Nesta entrevista exclusiva para Em Pauta, Michael Löwy nos oferece algumas indicações relevantes e inquietantes a estas perguntas. Mas, chama atenção para que a tradição marxista latino-americana se liberte de amarras do passado, para que possa efetivamente cumprir um papel histórico decisivo, a exemplo do stalinismo e do nacional-desenvolvimentismo, que marcaram períodos anteriores. Löwy faz, ainda, algumas provocações quanto a pensar o sujeito político na região, marcada por relações de trabalho, precárias e informais, e por movimentos sociais indígenas, bem como sobre o que vem caracterizando como ecossocialismo, como uma dimensão inelutável da luta revolucionária contemporânea. Seu marxismo insubordinado e inquieto é um convite à práxis revolucionária.

Entrevista realizada virtualmente por Marildo Menegat (UFRJ)
e Elaine Rossetti Behring (UERJ),
realizada em 8 de novembro de 2008.

¹ Michael Löwy é um cientista social brasileiro, radicado na França, onde leciona na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da Universidade de Paris. É especialista em Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin e Georg Lukács. Suas obras mais conhecidas na área de Serviço Social são: *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; (organizador). *O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999; *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985; e *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1999.

Em Pauta: Ao que tudo indica, estamos vivendo uma nova crise mundial do capitalismo. Você pensa ser possível a América Latina, neste contexto que se abre, produzir uma saída emancipatória, articulada entre vários países da região?

Michael Löwy: Acho que a frente anti-imperialista representada pela ALBA e, em particular, países como Venezuela, Bolívia e Equador, podem ser uma alternativa à crise na América Latina, se tiverem a coragem de avançar no processo de enfrentamento com o capital financeiro nacional e multinacional e no início de uma transição ao socialismo. No quadro do capitalismo, não haverá saídas emancipatórias.

EP: Nos últimos anos, ocorreu a vitória eleitoral de diversos partidos e frentes de centro-esquerda na região, reacendendo esperanças na mesma velocidade em que produzia frustrações. Qual a sua avaliação da experiência desses governos?

ML: Em minha opinião, há que distinguir dois pólos muito diferentes nos governos ditos de esquerda, no continente latino-americano: o pólo social-liberal, representado pelo Brasil, Uruguai e Chile, que não rompe com o “Consenso de Washington”, mas procura dar assistência aos mais pobres, e o pólo radical, que mencionei acima. Os casos argentino e da Nicarágua são intermediários. Acho que a decepção no Brasil, Uruguai e Chile, governados por coalizões de centro-esquerda, resulta do fato em que estes governos não tomaram nenhuma medida contra o poder da oligarquia, a dominação das multinacionais, a ditadura dos capitais financeiros. Respeitando os limites da política macroeconômica neoliberal, se distinguiram de seus predecessores de centro-direita, pela busca de um diálogo com os movimentos sociais, e por algumas medidas de tipo assistencial.

EP: Alguns anos após a publicação do livro *História do Marxismo na América Latina*, qual é o seu balanço das potencialidades e limites atuais da tradição marxista e que condições esta teria de vir a cumprir um papel relevante, numa saída emancipatória da América Latina?

ML: O marxismo, como pensamento e como ação, tem grandes potencialidades na América Latina de hoje. Para isto, necessita superar a herança negativa do passado – o autoritarismo burocrático stalinista, o “nacional-desenvolvimentismo” – e retomar a grande tradição revolucionária de José Carlos Mariátegui, Julio Mella, Mario Pedrosa, Farabundo Martí, Ernesto Che Guevara, Camilo Torres e tantos outros. Mas, o mais importante é a capacidade de integrar, no programa marxista, a experiência dos movimentos sociais do continente: o indigenismo, as comunidades de bases cristãs, a ecologia, a Via Campesina, o feminismo. Um marxismo enriquecido com estas contribuições poderá ser um elemento decisivo no avanço para o “socialismo do século XXI”.

EP: Na Nicarágua, nos anos 70, dizia-se que era necessário ver o sandinismo com olhos marxistas e o marxismo com olhos sandinistas. Ampliando essa perspectiva, o que o marxismo traz de novo para a interpretação e a práxis na América Latina e o que a particularidade latino-americana trouxe de contribuições, para ampliar a tradição marxista?

ML: Bem antes da revolução sandinista, José Carlos Mariátegui já havia começado a interpretar o marxismo, à luz da realidade latino-americana, insistindo na importância das tradições comunitárias indígenas para o combate pelo “socialismo indo-americano”, que não deveria ser “calco e cópia”, mas criação heróica dos povos do continente. Esta colocação continua mais atual do que nunca. Temos que produzir um marxismo com raízes indo-afro-americanas, que retome, em uma perspectiva socialista/ecológica, as tradições coletivistas e a relação com a natureza dos camponeses e indígenas. Outra particularidade latino-americana: o papel do cristianismo da libertação nos movimentos sociais e, mesmo, nas lutas revolucionárias dos últimos quarenta anos, desde a revolução sandinista de 1979 até o levante do Chiapas em 1994. O marxismo precisa repensar a questão da religião, que tanto pode ser “ópio do povo” como, em certos casos, um espírito profético de libertação.

EP: Este ano, a publicação dos *Ensaio sobre a Realidade Peruana*, de Mariátegui, completa 80 anos. Você poderia comentar o que este livro trouxe de novidade em relação às interpretações correntes na América Latina daquela época e qual a sua atualidade?

ML: Uma primeira originalidade é o estudo do “comunismo inca” – aliás, uma formulação que encontramos, também, na *Introdução à Economia Política*, de Rosa Luxemburgo. Mariátegui se apoia sobre os trabalhos do historiador peruano Cesar Ugarte, para o qual os pilares da economia inca eram o *ayllu*, conjunto de famílias vinculadas pelo parentesco, que possuía a propriedade coletiva da terra, e a *marca*, federação de *ayllus*, que tinha a propriedade coletiva das águas, dos pastos e dos bosques. Ele introduz uma distinção entre o *l'ayllu*, criado pelas massas anônimas no curso de milênios, e o sistema unitário despótico, fundado pelos imperadores incas. Insistindo sobre a eficácia econômica desta agricultura coletivista sobre o bem estar material da população, Mariátegui conclui, em seus *Sete ensaios*: “O comunismo inca – que não pode ser negado ou diminuído porque se desenvolveu sob o regime autocrático dos incas – pode, portanto, ser designado como um comunismo agrário”. Rejeitando a concepção linear e eurocentrista da história imposta pelos vencedores, ele sustenta que a conquista colonial destruiu e desorganizou a economia agrária inca, sem substituí-la por uma forma superior.

Idealização romântica do passado? Em todo caso, Mariátegui distinguia, de forma categórica, entre o comunismo agrário e despótico das civilizações pré-colombianas e o comunismo de nossa época, herdeiro das conquistas materiais e espirituais da modernidade. Em uma longa nota de rodapé, que na verdade é um dos momentos fortes do livro – os *Sete Ensaio* –, ele faz a seguinte observação, que não perdeu nada de sua atualidade, setenta anos mais tarde: “O comunismo moderno é algo distinto do comunismo inca. (...) Os dois comunismos são produto de diferentes experiências humanas. Eles pertencem a épocas históricas distintas. Eles foram elaborados por civilizações dissimilares. A dos incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial. (...) A autocracia e o comunismo são incompatíveis em nossa época; mas, eles não o eram nas sociedades primitivas. Hoje, uma nova ordem não pode renunciar a nenhum dos progressos morais das sociedades modernas. O socialismo contemporâneo – outras épocas conheceram

outros tipos de socialismo, que a história designa com vários nomes – é a antítese do liberalismo; mas, ele nasce em seu seio e se nutre de sua experiência. Ele não desdenha nenhuma de suas conquistas intelectuais. Ele só despreza e denuncia suas limitações”.

É por esta razão que Mariátegui vai criticar todas as tentativas “românticas” – no sentido regressivo da palavra – de retornar ao Império Inca. Sua dialética revolucionária, entre o presente, o passado e o futuro, lhe permite escapar tanto aos dogmas evolucionistas do progresso quanto às ilusões ingênuas e passadistas de um certo indigenismo.

Nem por isso, ele deixa de insistir na extraordinária vitalidade destas tradições, apesar das pressões “individualistas” dos diferentes regimes, desde a Colônia até a República. Encontramos nas aldeias indígenas, ainda hoje, robustas e tenazes, práticas de cooperação e solidariedade, que são “a expressão empírica de um espírito comunista”. Quando a expropriação ou a distribuição de terras parecem liquidar a comunidade, “o socialismo indígena sempre encontra formas de reconstituí-la”. Estas tradições de ajuda mútua e produção coletiva são, para Mariátegui, o ponto de partida da participação dos indígenas e camponeses dos países andinos, na luta pelo socialismo indo-americano, única alternativa à dominação imperialista sobre o continente. Nada mais atual, em 2008!

EP: Você acha possível analisar a configuração do *ethos* dos movimentos sociais recentes da América Latina, formados predominantemente por indígenas, a exemplo da Bolívia e Equador, a partir do conceito de anticapitalismo romântico?

ML: Para mim, o romantismo, isto é, a crítica da civilização capitalista ocidental, em nome de valores pré-capitalistas, é uma componente importante do pensamento revolucionário, inclusive de Marx e Engels. Encontramos, também, este momento romântico/revolucionário nos movimentos indigenistas, que têm um papel tão decisivo, hoje em dia, não só na Bolívia e Equador, mas também no México, na América Central, no Paraguai e, sem dúvidas, amanhã, no Peru. Não se trata de voltar ao passado, mas de transformar a nostalgia pelo passado em energia revolucionária, na luta pelo futuro socialista.

EP: Num dos capítulos mais belos de *Redenção e Utopia*, você caracteriza Walter Benjamin, a partir de uma observação de Adorno, como alguém que “estava distante de todas as correntes e no cruzamento dos caminhos”. Como se coloca, em sua trajetória, a relação entre o intelectual/pesquisador e o militante? Há alguma semelhança com o lugar de Benjamin?

ML: A comparação não cabe... Walter Benjamin é um dos grandes pensadores da cultura revolucionária do século XX. Quem responde a esta entrevista não é, senão, um modesto comentador da obra de Benjamin... Dito isto, acho que o marxismo implica a unidade entre teoria e prática, entre reflexão e militância, cada um destes momentos reforçando, dialeticamente, o outro. Um marxismo puramente “acadêmico” e uma prática política “sem teoria” estão condenados à esterilidade. Na medida de minhas possibilidades, tenho tentado combinar meu trabalho de pesquisador com um engajamento na corrente marxista revolucionária.

EP: Você tem defendido a importância de incorporar, com radicalidade, a dimensão ecológica num programa socialista, falando, inclusive, de ecossocialismo. A esquerda latino-americana está aberta para esse debate? E como ele tem sido recebido pela esquerda no mundo, nestes tempos de colapso ecológico?

ML: O ecossocialismo é uma corrente de pensamento e de ação, que se reclama, ao mesmo tempo, da defesa ecológica do meio ambiente e da luta por uma alternativa socialista. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro capitalistas conduz à destruição dos equilíbrios naturais, com consequências catastróficas para a humanidade.

Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso – em sua forma capitalista e/ou burocrática – e em oposição à expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo incompatível com a proteção da natureza, esta corrente representa uma tentativa original de articular as idéias fundamentais do socialismo – marxista e/ou libertário – com os avanços da crítica ecológica.

A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que toma em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais. Não se trata de opor os “maus” capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é o próprio sistema, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido, que é destruidora do meio ambiente.

Uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população – e, não, as “leis do mercado” ou um Escritório Político autoritário – decide, democraticamente, as prioridades e os investimentos.

Esta transição conduziria não só a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um modo de vida alternativo, uma nova civilização, ecossocialista, mais além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção, ao infinito de mercadorias inúteis.

O interesse pelo ecossocialismo na América Latina tem se desenvolvido, em particular, nos movimentos camponeses e indígenas. O MST brasileiro é um dos exemplos mais interessantes. Mas, encontramos ecossocialistas em várias correntes da esquerda, em particular no Brasil, no Equador e no México. Existe, claro, resistências, na medida em que o “desenvolvimentismo”, a ideologia do progresso linear, o culto à modernidade e ao crescimento das forças produtivas ainda tem bastante peso na esquerda latino-americana.